



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO DE 2017

OBJETIVO

Segundo disposto na Lei das Sociedades por Ações com as alterações posteriores, com base na escrituração mercantil da companhia, ao final do exercício, a Diretoria fez elaborar o conjunto completo de demonstrações contábeis que inclui os componentes a seguir destacados.



ATIVO		
DESCRIÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	22.939.283,47	12.216.393,18
DISPONÍVEL	3.982.495,69	928.363,59
Bancos conta movimento	3.977.730,04	873.233,96
Recursos Vinculados - Depósitos e Cauções	4.753,87	55.035,04
Aplicação Financeira - BB títulos	11,78	94,59
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	6.838.081,77	2.542.777,66
Recursos a Receber de Restos a pagar processados	3.183.309,31	2.455.852,77
Recursos a Receber - Restos a Pagar não Processado	3.654.772,46	86.924,89
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	12.039.458,35	8.662.493,39
ADIANTAMENTOS CONCEDIDO A PESSOAL	1.970.332,65	1.789.913,86
Adiantamento de Décimo Terceiro Salário	291.374,43	32.522,49
Adiantamento de Férias	1.678.958,22	1.757.391,37
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	394.264,87	394.264,87
Imposto de Renda a Recuperar/Compensar	52.871,45	52.871,45
Cofins a Recuperar/Compensar	280.553,19	280.553,19
PIS/PASEP a Recuperar/Compensar	60.840,23	60.840,23
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	1.677.999,66	1.666.963,29
Apurados em Tomadas de Contas	1.569.616,53	1.571.426,88
Créditos Parcelados - Apurados em Tomadas de Contas	108.383,13	95.536,41
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	4.319.383,68	4.330.230,87
Depósitos para Interposição de Recursos - FTE Tesouro	4.132.093,64	4.142.940,83
Depósitos para Interposição de Recursos -Fonte Própria	126.559,80	126.559,80
Valores Apreendidos por Decisão Judicial - FTE Tesouro	1.612,00	1.612,00
Valores Apreendidos por Decisão Judicial - FTE Própria	59.118,24	59.118,24
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES - CP	3.677.477,49	481.120,50
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	0,00	371.490,58
Créditos a rec. p/acerto financ. c/servidor e ex-servidor	22.705,03	22.705,03
Valores Pendentes de Liquidação	3.654.772,46	86.924,89
BENS EM ALMOXARIFADO	78.308,12	80.988,16
Estoques	78.308,12	80.988,16
VARIAÇÕES PATRIM. DIMINUTIVAS ANTECIPADAS	939,54	1.770,38
Pagamentos Antecipados	939,54	1.770,38
ATIVO NÃO CIRCULANTE	317.614,39	374.959,13
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	17.747,86	17.747,86
Depósitos Restituíveis e Valores a L/Prazo	5.632,70	5.632,70
Incentivos Fiscais	12.115,16	12.115,16
INVESTIMENTOS	101.831,59	101.831,59
Participações Societárias	98.826,55	98.826,55
Obras de Arte e Outros Bens Singulares	3.005,04	3.005,04
IMOBILIZADO	198.034,94	255.379,68
Bens Móveis	1.762.790,49	1.860.829,29
(-) Depreciação Acumulada	-1.564.755,55	-1.605.449,61
INTANGÍVEL	0,00	0,00
Marcas e Patentes	709,15	709,15
(-) Amortização	-709,15	-709,15
TOTAL DO ATIVO	23.256.897,86	12.591.352,31



PASSIVO		
DESCRIÇÃO	2017	2016
PASSIVO CIRCULANTE	28.003.414,33	19.869.730,41
OBRIGAÇÕES TRABALHITAS E PREVID. A C/PRAZO	10.495.670,64	12.603.976,67
PESSOAL A PAGAR	9.003.998,35	12.603.976,67
Salários, Remunerações e Benefícios Ativo (Provisão)	613.902,46	0,00
Provisão de férias	6.811.767,20	10.331.282,70
Provisão para Licença Administrativa	1.503.952,05	2.082.629,97
Salário, Remunerações e Benef.- Exercício Anterior	74.376,64	190.064,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	1.491.672,29	0,00
INSS Empregador, Liquidados de Exercício Anterior	1.491.672,29	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR - CURTO PRAZO	6.644.866,05	2.268.659,68
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NAC. CP	3.654.772,46	51.335,57
Fornecedores de Serviços (provisão)	3.654.772,46	51.335,57
FORNECEDORES NAC. A PAGAR (EXERC. ANTERIOR)	2.990.093,59	2.217.324,11
Fornecedores de Bens e Materiais	12.370,00	2.541,07
Fornecedores de Serviços	2.977.723,59	2.214.783,04
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	469.815,84	0,00
IRPJ a Recolher (provisão)	336.751,69	0,00
CSLL a Recolher (provisão)	133.064,15	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	10.393.061,80	4.997.094,06
VALORES RESTITUÍVEIS	6.664.911,12	4.907.766,88
VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	951.498,88	513.709,33
Consignações	946.740,57	458.674,29
Depósitos e Cauções Recebidas	4.753,87	55.035,04
Recursos a Devolver à SEF	4,44	0,00
VALORES RESTITUÍVEIS - INTRA OFSS	4.221.351,72	4.182.994,41
ISS Retenção	46.271,53	30.003,59
Valores Apreendidos p/Decisão Jud. a Rest.ao Tesouro	1.612,00	1.612,00
Depósitos p/Interp. de Recursos a Restituir ao Tesouro	4.132.093,64	4.151.378,82
Valores Recebidos para Outros Órgãos do GDF	41.374,55	0,00
VALORES RESTITUÍVEIS - INTER OFSS UNIÃO	1.492.060,52	211.063,14
INSS de Servidores Celetistas	261.375,44	0,00
INSS Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	10.649,86	9.285,52
IR Serviços de Terceiros Pessoa Física e Jurídica	33.242,52	79.565,21
IRRF Devido ao Tesouro Nacional	1.083.740,89	0,00
COFINS	66.485,04	78.846,71
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	22.161,68	26.282,24
Contribuição para o PIS/PASEP	14.405,09	17.083,46
OUTRAS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	3.728.150,68	89.327,18
Restos a Pagar não Processado a Liquidar	3.654.772,46	86.924,89
Repasse a maior a devolver	73.378,22	2.402,29
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	15.095.935,49	35.008.570,36
PROVIÃO A LONGO PRAZO	15.095.935,49	35.008.570,36
Provisão para Indenizações Trabalhistas	2.009.848,84	22.113.062,08
Provisão para Ações Cíveis	13.086.086,65	12.895.508,28



PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-19.842.451,96	-42.286.946,46
CAPITAL SOCIAL	12.233.727,60	12.233.728,60
Capital Social Realizado	12.233.727,60	12.233.728,60
RESULTADO ACUMULADO	-32.076.179,56	-54.520.675,06
Lucros/Prejuízos acumulados	-54.520.675,06	-36.369.838,41
Resultado do Exercício	22.133.621,80	-21.761.437,23
Ajuste de Exercícios Anteriores	310.873,70	3.610.600,58
TOTAL DO PASSIVO	23.256.897,86	12.591.354,31

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017

DESCRIÇÃO	2017	2016
RECEITA BRUTA	0,00	0,00
Vendas de mercadorias	0,00	0,00
Serviços prestados		
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	0,00	0,00
(-) ISS	0,00	0,00
(-) Cancelamentos	0,00	0,00
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	0,00	0,00
(-) CUSTOS DA RECEITA BRUTA		
LUCRO OU PREJUÍZO BRUTO	0,00	0,00
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	-9.798.516,79	-21.256.544,44
Despesas com Vendas e Serviços	0,00	0,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-161.205.379,78	-160.504.608,72
Pessoal e encargos sociais	-117.370.804,07	-115.294.524,31
Benefícios sociais a empregados	-13.460.544,13	-14.233.811,71
Outras despesas administrativas	0,00	-5.543.644,76
Despesas com Material de Consumo	-58.389,81	-58.519,82
Despesas com Serviços de Terceiros	-30.241.226,03	-25.224.864,46
Depreciações e amortizações	-74.415,74	-149.243,66
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	-6.064.720,08	-15.834.224,42
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	157.471.583,07	155.082.288,70
LUCRO OU PREJUÍZO OPERACIONAL LÍQUIDO	-9.798.516,79	-21.256.544,44
DESPESAS/RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	32.468.406,41	-504.892,79
Outras despesas não operacionais	-209.820,48	-1.142.025,41
Outras receitas não operacionais	32.678.226,89	637.132,62
LUCRO OU PREJUÍZO ANTES DA CSLL E IRPJ	22.669.889,62	-21.761.437,23
(-) Provisão para Imposto de Renda	-336.751,69	0,00
(-) Provisão para Contribuição Social - CSLL	-199.516,13	0,00
LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	22.133.621,80	-21.761.437,23



DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E 2017

SALDO EM 31.12.2016	-54.520.675,06
Ajustes Financeiros	0,00
Ajustes de Exercícios Anteriores	310.873,70
Realização da Reserva de Reavaliação	0,00
Lucro/Prejuízo do Exercício	22.133.621,80
SALDO EM 31.12.2017	-32.076.179,56

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E 2017

Descrição	Capital Social	Reservas	Prejuízos Acumulados	Total
SALDO EM 31.12.2015	12.233.727,60	0,00	-36.369.838,41	-24.136.110,81
Aumento do Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajuste de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	3.610.600,58	3.610.600,58
Realiz. Reserva de Reavaliação	0,00	0,00	0,00	0,00
Correção monetária	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro/Prejuízo do Exercício	0,00	0,00	-21.761.437,23	-21.761.437,23
SALDO EM 31.12.2016	12.233.727,60	0,00	-54.520.675,06	-42.286.947,46
Aumento do Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajuste de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	310.873,70	310.873,70
Realiz. Reserva de Reavaliação	0,00	0,00	0,00	0,00
Correção monetária	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro/Prejuízo do Exercício	0,00	0,00	22.133.621,80	22.133.621,80
SALDO EM 31.12.2017	12.233.727,60	0,00	-32.076.179,56	-19.842.451,96



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017 E 2016.

MÉTODO INDIRETO	2.017,00	2.016,00
ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.645.219,60	-3.316.624,94
RESULTADO DO EXERCÍCIO/PERÍODO	22.133.621,80	-21.761.437,23
Ajustes	0,00	0,00
Depreciação/Amortização	-40.694,06	0,00
LUCRO/PREJUÍZO AJUSTADO	22.092.927,74	-21.761.437,23
VARIAÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE		
Créditos a receber - Clientes	0,00	0,00
Créditos de Transferência a Receber	4.295.304,11	-23.305,15
Adiantamentos concedidos	180.418,79	-268.704,42
Tributos a Recuperar/Compensar	0,00	0,00
Créditos por danos a patrimônio	11.036,37	-8.884,42
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-10.847,19	544.635,32
Outros créditos a receber a curto prazo	3.196.356,99	-2.268.856,15
Ajustes de Perdas	0,00	0,00
Estoques	-2.680,04	-17.071,57
Despesas antecipadas	-830,84	-3.050,66
TOTAL	7.668.758,19	-2.045.237,05
VARIAÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalhistas	-2.108.306,03	86.732,27
Fornecedores e Contas a Pagar	4.376.207,37	2.217.324,11
Recursos especiais a liberar	469.815,84	0,00
Obrigações Fiscais	0,00	0,00
Provisões	0,00	0,00
Demais Obrigações de curto prazo	5.395.967,74	-1.202.714,79
TOTAL	8.133.684,92	1.101.341,59
APLICAÇÃO NO ATIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
AUMENTO DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Fornecedores nacionais - Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões para Indenizações Trabalhistas	-19.912.637,87	15.534.870,59
TOTAL	-19.912.637,87	15.534.870,59
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-98.038,80	-368.657,02
Bens móveis e imóveis	-98.038,80	-368.657,02
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-310.873,70	-3.610.600,58
Recursos para aumento de capital	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00
Resultado acumulado	-310.873,70	-3.610.600,58
AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	3.054.132,10	662.632,66
Disponibilidades - no início do período	928.363,59	265.730,93
Disponibilidades - no final do período	3.982.495,69	928.363,59
CAIXA E EQUIVALETES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	3.054.132,10	662.632,66
FECHAMENTO (1-2+3-4)	0,00	0,00



NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN, instituída pela alínea "c" do art. 15 da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, e constituída por escritura Pública, de 5 de dezembro de 1966, publicada no Diário Oficial da União, de 26 de dezembro de 1966, é empresa pública de direito privado, sob a forma de sociedade por ações, regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e integra a administração indireta do Distrito Federal na forma da Lei n.º 4.545, de 10 de dezembro de 1964, art. 3º, inciso II §§1º e 2º, vinculando-se à Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento – SEPLAN, na forma do disposto no Decreto n.º 32.716, de 1º de janeiro de 2011.

A Companhia, com prazo de duração indeterminado, tem sede e foro em Brasília e possui os seguintes objetivos:

- I – realizar e promover pesquisas e estudos econômicos, sociais, demográficos, cartográficos, georeferenciados, urbanos e ambientais para subsidiar o Governo do Distrito Federal na formulação de políticas públicas, do planejamento governamental, de programas para o desenvolvimento do Distrito Federal, da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE e de outras áreas de influência do território distrital;
- II – disseminar o conhecimento e as informações resultantes das pesquisas e estudos realizados, atinentes à área de competência da Companhia;
- III – analisar as políticas públicas implementadas pelo Governo do Distrito Federal a fim de subsidiar os processos decisórios governamentais;
- IV – fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas públicas e para a preparação de planos e programas de governo;
- V – analisar, identificar e diagnosticar os problemas estruturais, econômicos, sociais, urbanos e ambientais do Distrito Federal, da RIDE e de outras áreas de influência do território distrital, fornecendo elementos técnicos visando a elaboração de medidas saneadoras pelos órgãos competentes;
- VI – articular e promover a cooperação técnica visando o intercâmbio de informações e conhecimentos com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais;
- VII – produzir e organizar as informações sociais e econômicas relativas ao território do Distrito Federal;
- VIII – participar do Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – SISPLAN e oferecer subsídios e apoio ao Sistema de Informação Territorial e Urbana do Distrito Federal – SITURB;
- IX – prestar consultoria técnica a outros órgãos e entidades da administração do Distrito Federal e da iniciativa privada e contratar com órgãos e entidades públicas ou privadas, serviços técnicos e estudos, bem como realizar concursos, respeitada a legislação pertinente.



X – hospedar e dar suporte operacional à Central Única de Atendimento Telefônico do Governo do Distrito Federal, viabilizando sua disponibilidade, sustentação e segurança das informações, em conformidade com o Decreto Distrital nº 24.110, de 1º de outubro de 2003, e Decreto Distrital nº 34.410, de 29 de maio de 2013.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei 6.404/76) e suas alterações.

NOTA 03 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Receitas e Despesas

Foram reconhecidas de acordo com o regime contábil de competência do exercício;

b) Registros contábeis

Os registros contábeis relativos ao período de janeiro a dezembro do exercício de 2017, foram realizados através do sistema eletrônico de processamento de dados do “Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIAC/SIGGO”, administrado pela Secretaria de Estado de Fazenda/Subsecretaria de Contabilidade do Distrito Federal;

c) Redução ao valor recuperável de ativos

Até o momento as revisões do imobilizado não indicam que os valores contábeis não possam ser recuperados, não havendo necessidade de reconhecer perdas permanentes.

NOTA 04 - SUBVENÇÕES ECONÔMICAS DO GDF

Atendendo os preceitos legais de que trata o artigo 47, parágrafo único, item II da lei complementar nº 101, de 04 de janeiro de 2000, apresentamos no quadro abaixo os recursos recebidos do Governo do Distrito Federal, durante o exercício de 2017.

Fonte	Categoria de Gastos	Destinação	Valor
100	1	Pessoal e Encargos sociais	113.706.354,93
100	3	Outras Despesas Correntes	43.791.688,52
100	4	Investimentos	27.188,00
Total			157.525.231,45

Os repasses orçamentários destinados ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais (categoria de gastos 1) no montante de R\$ 113.706.354,93, representando o percentual de 72,183% em relação ao total das subvenções recebidas.

Cabe salientar que os gastos com salários e encargos previdenciários e trabalhistas, superam em 25,633% quando comparado com limite de gastos estabelecido pela Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.



É relevante esclarecer que o cumprimento do limite prudencial estabelecido pela LRF é imposto ao Governo do Distrito Federal, não especificamente à CODEPLAN, empresa pública vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG/DF

NOTA 05 – CONTAS DO ATIVO EM DESTAQUE

a) Adiantamento de férias a empregados

Trata-se de adiantamento de férias concedidos aos empregados da CODEPLAN, tendo como base legal o Acordo Coletivo de Trabalho – ACT. De acordo com o ACT - 2016/2017, quando do período de férias do empregado, opcionalmente, adquirem o direito de receber a título de adiantamento de férias, o equivalente à sua remuneração mensal, a ser devolvido por meio de desconto nas folhas de pagamento em 10 (dez) parcelas iguais e sem acréscimos.

b) Depósitos para interposição de recursos

Composição	
Descrição	Valor
Depósitos para interposição de recursos - Fonte Tesouro	4.132.093,64
Depósitos interposição de recursos - Fonte Própria	126.559,80
Valores apreendidos por decisão judicial – Fonte Tesouro	1.612,00
Valores apreendidos por decisão judicial – Fonte Própria	59.118,24
SOMA	4.319,383,68

Os valores do quadro acima compreendem os depósitos efetuados para interposição de recursos decorrentes dos diversos processos de ações trabalhistas movidas pelos empregados em desfavor da CODEPLAN, acrescidos de valores apreendidos por decisão judicial.

c) Recursos a receber de restos a pagar processados e não processados

Por advento do encerramento do exercício financeiro de 2017, ficou contabilizado no ativo da companhia o crédito no valor de R\$ 3.183.309,31 (três milhões, cento e oitenta e três mil, trezentos e nove reais e trinta e um centavos), devidamente atestados e liquidados, entretanto, sem o respectivo pagamento e ainda o valor de R\$ 3.654.772,46 (três milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e setenta e dois reais e quarenta e seis centavos) como restos a pagar não processados, tudo referente as obrigações contratuais de serviços prestados. Cabe esclarecer que as contabilizações da inscrição desses valores foram efetuadas pela SUCON/SEF/DF, na forma por eles definida.

d) Créditos por danos ao patrimônio

Esta conta registra os pagamentos indevidos e responsáveis por danos, totalizando no encerramento do exercício o valor de R\$ 1.677.999,66, sendo em R\$ 1.380.190,60 decorrente do resultado do processo de Tomada de Contas Especial – TCE, instaurada pela CODEPLAN, para apurar responsabilidade pelos pagamentos indevidos efetuados ao Instituto Euvaldo Lodi – IEL – Contratos 004/97 e 005/97 - Processo judicial nº 2005.01.1.057.572-9. Neste título consta também os registros contábeis no valor de R\$ 297.808,26, resultantes de outros processos de Tomadas de Contas Especial – TCE.



e) Estoque (Almoxarifado de material de consumo)

Foram avaliados ao custo de aquisição - acompanhando os registros da CODEPLAN no Sistema Integrado de Gestão de Material – SIGMA do Governo do Distrito Federal, os quais não superam os preços de mercado;

NOTA 06 – CONTAS DO PASSIVO EM DESTAQUE

PASSIVO CIRCULANTE

Destacam-se neste grupo de contas as obrigações trabalhistas e previdenciárias, com destaque para (PESSOAL A PAGAR - PROVISÕES), no valor de R\$ 9.003.998,35 (nove milhões, três mil, novecentos e noventa e oito reais e trinta e cinco centavos), representando 31,153%% do passivo circulante.

As Provisões de Férias e Licença Administrativa Remunerada foram constituídas e registradas no passivo circulante, em atendimento às exigências legais, em especial ao regime de competência e ao Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2016/2017.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Diz respeito a provisão para indenizações trabalhistas e cíveis, relativas a diversos processos em andamento, registrados no passivo não circulante. A Companhia, consubstanciada na informação da Procuradoria Jurídica da Codeplan, efetuou e mantém registrado as provisões demonstradas na tabela a seguir.

DESCRIÇÃO	2017
Ações Trabalhistas:	
Quantidade de ações – 149	2.009.848,84
Ações Cíveis:	
Brasil Telecom S/A	7.216.086,65
Call Tecnologia e Serviços Ltda	870.000,00
TERRACAP – Ação Civil Pública	5.000.000,00
Total das ações cíveis	13.086.086,65
TOTAL DO PASSIVO CONTINGENTE	15.095.935,49

NOTA 07 - CAPITAL SOCIAL

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social está dividido em 1.223.372.760 Ações Ordinárias Nominativas no valor total de R\$ 12.233.727,60 (doze milhões duzentos e trinta e três mil, setecentos e vinte e sete reais e sessenta centavos). De acordo com a Ata da 35ª (trigésima quinta) Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27.04.2001, o capital social ficou assim constituído:

ACIONISTAS	PARTICIPAÇÕES R\$	(%)
------------	-------------------	-----



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	12.191.633,56	99,6560
CIA. URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP	41.867,95	0,3422
BANCO DE BRASÍLIA S/A – BRB	226,09	0,0018
TOTAL	12.233.727,60	100,00

NOTA 08 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO - PASSIVO A DESCOBERTO

De acordo com as normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade¹, o passivo a descoberto ou patrimônio líquido negativo significa que a empresa opera essencialmente com capitais de terceiros em montante superior aos capitais próprios.

O ativo, por sua vez, é inferior ao total das exigibilidades, incluindo o capital próprio. Em outras palavras, na hipótese de se promover a realização de todo o ativo, os credores nem mesmo os acionistas, poderão ser satisfeitos.

A situação patrimonial negativa em que se encontra a CODEPLAN foi motivada pela necessidade de evidenciar os ajustes e reclassificações oriundas de riscos e incertezas sobre a estrutura patrimonial da Companhia. O objetivo, portanto, foi o de evidenciar com fidedignidade, transparência e consistência, a real posição econômica, financeira e patrimonial da entidade, conforme especificado.

Esses ajustes foram decorrentes, preponderantemente, do reconhecimento dos aludidos riscos e incertezas caracterizados por ações cíveis e trabalhistas transitadas e julgadas em várias instâncias judiciais, com resultados desfavoráveis à CODEPLAN.

No curso dos trâmites processuais, as ações judiciais foram devidamente avaliadas, quantificadas e mensuradas para, ao final, ser registradas em provisão para indenizações trabalhistas e cíveis, tudo em conformidade com a informação da Assessoria Jurídica, constante do processo administrativo nº 121.000.0007.2017.

Esse valor tem grande influência sobre o resultado econômico e financeiro da instituição e, conseqüentemente, sobre o capital próprio da empresa, o que motivou o aparecimento do passivo a descoberto. Entretanto, malgrado as repercussões negativas decorrentes do fato de uma empresa operar em tais condições patrimoniais, necessário se faz esclarecer que essa situação é transitória, visto que a CODEPLAN depende orçamentaria e financeiramente do Tesouro do Distrito Federal e tão logo seja efetuado o pagamento dessas ações via repasse de recursos do Tesouro, será procedida a reversão desses valores e, conseqüentemente, a redução do passivo a descoberto, como já vem acontecendo.

De todo o exposto, permitimo-nos afirmar que os elementos comprobatórios e evidências substantivas que originaram os ajustes contábeis são perfeitamente identificáveis e guardam consonância com os trâmites processuais jurídicos e estão coerentes com as boas práticas contábeis.

¹ Resolução CFC 1.049/2005.



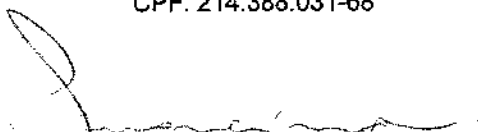
LÚCIO REMUZAT RENNÓ JÚNIOR
Presidente
CPF: 611.470.601-34

MARTINHO BEZERRA DE PAIVA
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF: 209.774.331-53

BRUNO DE OLIVEIRA CRUZ
Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas
CPF 602.327.221-53

ANA MARIA NOGALES VASCONCELOS
Diretora de Estudos e Políticas Sociais
CPF: 214.388.031-68

ALDO PAVIANI
Diretor de Estudos Urbanos e Ambientais
CPF: 024.266.681-72


FRANCISCO FRANCISMAR PEREIRA
Contador CRC-DF 7.742/DF
CPF: 220.630.641-72

RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE

Cliente: Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN

Tipo de Trabalho: Auditoria das Demonstrações Contábeis

Período de cobertura: Exercício de 2017

Abrangência: Contabilidade e Controles Internos

Período de trabalho em campo: De 26 a 28/02/2018 e 01/03/2018 (AFAI)

Período de trabalho na AFAI: De 17 a 21/02/2018

Equipe: T. Aguiar Feres, PhD - Contador - Sócio

Rafael Louzada G. Silva - Contador - Sócio revisor

Wagner Xavier de Mello - Contador - Sócio



PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS

ACEITAÇÃO DO TRABALHO

- ✓ Os trabalhos foram obtidos através de processo licitatório, na modalidade Dispensa de Licitação.
O Objeto do contrato é a auditoria das Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31/12/2017.
- ✓ Antes da assinatura do contrato, os auditores avaliaram a estrutura da entidade:
 - Ramo de atividade
 - Estrutura societária
 - Antecedentes operacionais
 - Capacidade dos dirigentes da entidade
- ✓ Avaliamos os aspectos de ética dos auditores e não detectamos nenhuma infração ética dos auditores.
- ✓ Avaliamos, junto com a entidade, os aspectos de independência dos auditores e da firma em relação à entidade. Não detectamos nenhuma infração à independência dos auditores.
- ✓ Avaliamos a experiência dos auditores e constatamos que tanto os sócios da firma quanto o restante da equipe escolhida para o trabalho já possuem experiência em outras entidades de ramo, inclusive na própria CODEPLAN em exercícios anteriores. Nos trabalhos relativos ao exercício de 2017 foram alocados os sócios da firma.
- ✓ Em virtude de a contratação da auditoria ter ocorrido somente no mês de fevereiro de 2018, será emitido um relatório circunstanciado compreendendo as atividades totais do exercício de 2017.
- ✓ Em virtude de a CODEPLAN não ter tido suas Demonstrações Contábeis do exercício de 2016 submetidas à auditoria independente, o Relatório dos Auditores (antigo Parecer) será emitido com abstenção de opinião.

ANÁLISE DE RISCO

Avallamos o risco global da auditoria, analisando os seguintes aspectos:

- Sistema contábil;
- Cálculos complexos;
- Sistema de remuneração dos principais executivos;
- Sistema de Controles Internos;
- Relatórios de auditoria de exercícios anteriores;
- Riscos Inerentes ao negócio;
- Riscos de que os controles internos não estejam preparados para detectar distorções;
- Riscos de que os controles internos existirem, mas não sejam capazes de detectar distorções;
- Efetuamos testes contábeis globais sobre os saldos das principais contas do balancete;
- Desenvolvemos, com as informações obtidas, uma matriz de risco que seja capaz de evidenciar o percentual de risco que os auditores estejam dispostos a assumir. Foram determinadas as principais áreas de risco, como a seguir:

Tipo de Risco	O que significa?	pontuação	Nível de risco da auditoria
RISCO DO NEGÓCIO	Risco negócio - Risco que a auditoria esteja disposta a assumir, quanto à insegurança do negócio	68%	baixo
RISCO INERENTE	Risco inerente à atividade - É o risco que a auditoria esteja disposta a assumir, inerente a qualquer negócio que pode ter problema	20%	alto
RISCO DE CONTROLE	Risco de controle interno - É o risco que a auditoria esteja disposta a assumir, de que o desenho do sistema de controle interno tenha falhas e que não possa detectar distorção	18%	alto
RISCO DE DETECÇÃO	Risco de detecção - É o risco que a auditoria esteja disposta a assumir, considerando de que embora o desenho de controle interno esteja íntegro, há o risco de que alguém possa burlar esse controle, com dificuldade para detecção	18%	alto
RISCO GLOBAL DE AUDITORIA	Risco global de auditoria (risco misto) - É a média ponderada de risco que a auditoria esteja disposta a assumir	31%	alto

INTRODUÇÃO

Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN, instituída pela alínea "c" do art. 15 da Lei no 4.545, de 10 de dezembro de 1964, e constituída por escritura Pública, de 5 de dezembro de 1966, publicada no Diário Oficial da União, de 26 de dezembro de 1966, é empresa pública de direito privado, sob a forma de sociedade por ações, regida pela Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e integra a administração indireta do Distrito Federal na forma da Lei n.º 4.545, de 10 de dezembro de 1964, art. 3º, inciso II §§1º e 2º, vinculando-se à Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento - SEPLAN, na forma do disposto no Decreto n.º 32.716, de 1º de janeiro de 2011.

Fomos contratados para executar a auditoria das Demonstrações Contábeis de 2017 somente no dia 26 de fevereiro de 2018, com prazo exíguo para executar o trabalho e por essa razão:

1. Não efetuamos o envio da confirmação de saldos a terceiros, fornecedores. Entretanto, utilizamos procedimentos alternativos para validar o valor do saldo dos principais fornecedores, com seleção estatística da massa de teste.
2. Não efetuamos o envio da confirmação dos saldos bancários diretamente com os bancos onde a companhia mantém contas correntes e de aplicações. Também nesse caso utilizamos procedimentos alternativos em 100% das contas.
3. Utilizamos o relatório emitido pela área Jurídica da companhia para avaliar as possíveis contingências que foram registradas pela contabilidade.

CONTROLE INTERNO

Contatamos que a companhia possuía, em 31/12/2017, índice de liquidez corrente abaixo de "1".

	2017	2016
Ativo Circulante	22.939.283	12.216.393
Passivo Circulante	28.003.414	19.869.729
Liquidez corrente	0,82	0,61

O **principal reflexo** dessa distorção é o indicativo de que a companhia não é capaz de liquidar suas obrigações de curto prazo com os recursos que tinha naquela data.

Recomendamos que a companhia busque utilizar seus recursos humanos para desenvolver outras atividades que possam gerar receitas ordinárias, negociando com o GDF a assunção de novas obrigações que possam absorver a mão de obra de seu pessoal e gerar receitas para a companhia.

Contatamos que a companhia dispense mais de 72% de sua receita só para pagamento de despesas com pessoal próprio e seus respectivos encargos sociais. Importante pontuar que a companhia, por suas funções atuais é mais próxima de uma autarquia que de uma companhia.

O **principal reflexo** dessa distorção é o risco de possíveis questionamentos do Tribunal de Contas do Distrito Federal para cumprimento do disposto na Lei Complementar nº 101/2000.

Recomendamos que a administração da companhia faça gestões junto ao GDF para agregar atividades na companhia que possam gerar receitas ou que proceda à uma real redução de despesas.

Contatamos que a companhia, a despeito de que não tem receita própria, gerou em 2017, lucro sujeito à tributação do IRPJ e CSLL.

O **principal reflexo** dessa distorção é o contingenciamento de valores a serem recolhidos ao Tesouro Federal sobre um "**lucro fictício**".

Recomendamos que a administração da companhia determine que, pela lei 6.404/76, todas as despesas da companhia, inclusive as eventuais contingências, sejam tempestivamente provisionadas, evitando a geração desse tipo de lucro tributável.

Contatamos que a área jurídica da companhia rebaixou, no decorrer do exercício de 2017, as provisões para contingências, no valor de R\$ 32.596.699,02, no momento em que existe um risco de que a companhia possa vir a sofrer uma grande quantidade de processos trabalhistas, caso tenha que vir a reduzir suas atividades e desligar empregados. Em virtude do rebaixamento das contingências feito pela área jurídica, a companhia acabou por gerar um lucro fictício.

O **principal reflexo** dessa distorção é a geração de lucros em operações que não sejam operacionais, com a conseqüente distorção na leitura das Demonstrações Contábeis.

Recomendamos que a área jurídica da companhia utilize critérios mais conservadores na análise das contingências e que esse procedimento seja feito em consonância com a opinião da DIRAF, evitando a ocorrência de riscos desnecessários para a companhia.

Contatamos que a companhia utiliza um aplicativo para a contabilidade determinado pelo GDF, que foi desenhado especificamente para empresas sujeitas à Lei nº 4.320/64 e tem dificuldades na geração da contabilidade no padrão da Lei nº 6.404/76 que, estatutariamente, rege a companhia.

A utilização do aplicativo se deve à necessidade de consolidação da companhia na contabilidade do GDF.

O **principal reflexo** dessa distorção é o excesso de trabalho manual para confecção das Demonstrações Contábeis para companhias sujeitas à Lei nº 6.404/76.

Recomendamos que a administração da companhia solicite ao fornecedor do aplicativo que faça as adequações necessárias para que o mesmo possa ser utilizado eficientemente pela companhia.

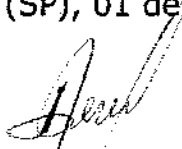
OUTRAS INFORMAÇÕES

Analisamos os processos de compras, por amostragem e não detectamos irregularidades que mereçam ser pontuadas.

Também analisamos a folha de pagamento dos empregados, também por amostragem e não detectamos irregularidades que mereçam ser pontuadas.

É o nosso Relatório.

Ribeirão Preto (SP), 01 de março de 2018.



AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S - EPP

CRC2SP022486/O-4

CVM - 9555

Tanagildo Aguiar Feres, PhD

Contador - CRC1SP 067138/O-0

Ribeirão Preto (SP), 01 de março de 2018.

À
Companhia de Planejamento do Distrito Federal
Brasília (DF)

At. Sr. LÚCIO REMUZAT RENNÓ JÚNIOR – MD Presidente

Ref. Auditoria das Demonstrações Contábeis em 31/12/2017.

Prezado Senhor,

Em anexo estamos passando às suas mãos o nosso relatório da Auditoria das Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31/12/2017.

Alertamos a V. S^a que os trabalhos de análise foram feitos por amostragem e, dessarte, esse relatório não é um atestado de inexistência de outras distorções causadas por erros e ou fraudes. D'outra parte, lembramos a V. S^a que o presente relatório não deve ser utilizado para outros fins que não sejam gerenciais.

Sendo só o que o momento se nos apresenta, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de alta consideração.

Atenciosamente



AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S
CRC-2SP 022486/O-4 CVM - 9555
Tanagildo Aguiar Feres
Contador - CRC1SP 067138/O "S" DF

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos acionistas e gestores da
Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN
70.620-80 Brasília (DF)

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis da Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis da Companhia, pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada "**Base para abstenção de opinião**", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Base para abstenção de opinião

Fomos nomeados auditores da Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN somente em 26/02/2018, portanto, após 31 de dezembro de 2017.

As Demonstrações Contábeis da Companhia referentes aos exercícios anteriores a 2017 não foram auditadas por nenhum auditor independente e não nos foi possível validar os saldos iniciais das contas patrimoniais do exercício de 2017, o que corresponde ao saldo final do exercício de 2016 e, dessa forma, nos abstermos de opinar sobre as Demonstrações Contábeis.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. A companhia não sujeitou suas Demonstrações Contábeis à auditoria independente nos últimos anos, inclusive e, sobretudo aquelas encerradas em 31/12/2016;



2. A companhia não tem geração própria de receita e é alimentada, financeiramente, pelo Governo do Distrito Federal, através de repasses para despesas e investimentos.
3. No exercício de 2017 a companhia gerou receitas provenientes de reversão de provisões e de perdas, no valor de R\$ 32.596.699,02.
4. A companhia perdeu, ao longo dos últimos anos, sua principal fonte de geração de receitas, que era a prestação de serviços centralizados de Informática para os vários órgãos e empresas do GDF. Atualmente a companhia tem como funções a prestação de serviços de administração do "call center" (terceirizado) e prestação de **informações estatísticas** para o GDF. Esse serviço de informações estatísticas poderia ser comprado de outras entidades públicas, tais como IBGE, FGV ou FIPE, por um valor substancialmente menor que o custo gerado por pessoal próprio.
5. A companhia possui 388 empregados cuja maioria cuida especificamente de "automanutenção", sem que haja, efetivamente, uma "função fim" nas suas atividades.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações contábeis da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada "**Base para abstenção de opinião**", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Ribeirão Preto (SP), 28 de fevereiro de 2018.



AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S

CRC-2SP022486/O-4 CVM - 9555

Tanagildo Aguiar Feres

Contador - CRC1SP067138/O-0 "S" DF